

CNBB discutirá formas de atuação

Em sua reunião da próxima quinta-feira, a comissão da CNBB vai discutir a divulgação dos trabalhos do Congresso constituinte (inclusive pelo rádio) junto às suas comunidades, a forma de contato com os parlamentares, as propostas que apresentará e sua articulação com outros grupos de pressão.

Preparando esse encontro, o padre Virgílio Leite Uchôa promoveu, na quinta-feira à noite, uma reunião preliminar que contou com a presença de representantes do PT e PMDB. No momento, a maior preocupação da CNBB, segundo representantes da entidade, é a democratização do regimento interno, para garantir a participação popular na elaboração da nova Constituição.

Para isso, a CNBB já encampou proposta do Plenário Pró-Participação Popular da Constituinte. O arquiteto Francisco Whitaker Ribeiro, 51, um dos coordenadores desse movimento, passou a semana no Congresso recolhendo a assinatura de parlamentares numa moção pedindo que projetos com mais de trinta mil assinaturas de cidadãos sejam encaminhados automaticamente pelas comissões do Congresso constituinte.

A primeira assinatura obtida foi a do senador Mário Covas (PMDB-SP). Whitaker teve outra vitória: em companhia de Covas e do senador Ronan Tito (PMDB-MG), foi levado até Ulysses Guimarães, na quinta-feira, e entregou-lhe a moção. Era a primeira audiência que Ulysses concedia depois de eleito presidente do Congresso constituinte. A moção será agora transformada em projeto a ser apresentado por Covas para constar do regimento interno.

O padre Virgílio diz que a CNBB não tem, até agora, uma estratégia concreta: "Vai depender do ritmo

das coisas. A CNBB quer uma autonomia competente do Congresso constituinte. Os tempos não são mais para se exigir uma Constituição cristã. Estamos na linha da defesa dos direitos de pessoa humana".

A Folha apurou, no entanto, que a CNBB planeja promover reuniões informais com os parlamentares "mais sensíveis" às suas teses. Segundo o padre Virgílio, as posições da Igreja já estão definidas no documento "Exigências Cristãs para uma Ordem Constitucional", no qual se defende, entre outras coisas, a reforma agrária, a criação de um defensor do povo, a primazia do trabalho sobre o capital e o direito de representação das minorias.

Evangélicos

Se os católicos tentam uma ação coordenada com outros grupos sociais, os evangélicos procuram tentar uma unidade. Afinal, possuem uma forte bancada dentro do Congresso constituinte: são 33 entre os 559 parlamentares.

Essa unidade evangélica, porém, vai ser difícil a curto prazo. Numa primeira reunião, eles se dividiram entre os que queriam um culto religioso e os que defendiam um debate mais político no encontro. Os deputados Fausto Rocha (PFL-SP) e Daso Coimbra (PMDB-RJ) chegaram a advertir os parlamentares de primeiro mandato para que não se envolvessem em "questões controversas", como a reforma agrária, ou partissem para uma violenta pregação anticomunista. Do outro lado do espectro evangélico estão os deputados Lysâneas Macyel (PDT-RJ), presbiteriano, e Benedita da Silva (PT-RJ), defensora da reforma agrária, da Igreja Pentecostal.